

## O diagnóstico teórico de Michael Williams: explicitando os pressupostos céticos

Thiago Rafael Santin<sup>1</sup>

**Resumo:** Este artigo pretende apresentar a abordagem diagnóstica teórica de Michael Williams (2001<sup>2</sup> e 2008<sup>3</sup>) ao ceticismo filosófico antigo. A abordagem de Williams objetiva tornar explícitos os comprometimentos céticos que estão por trás das duas principais formas: o ceticismo antigo, formulado no Trilema de Agripa, e o ceticismo cartesiano, formulado no recente argumento do cérebro numa cuba. Aqui focaremos na primeira forma. Para isso, inicialmente será introduzida a formulação com o argumento clássico do Trilema, que a epistemologia tradicional ainda debate e não refutou satisfatoriamente. Após, será explicitado o principal comprometimento teórico, a exigência de fundamentação prévia, desdobrada na tese da dependência e no internalismo. Por fim, pretende-se mostrar a implicação entre esse pressuposto cético e as teorias epistemológicas de justificação tradicionais.

### 1. Introdução

O ceticismo não consiste num corpo homogêneo de teorias<sup>4</sup>. Ele possui diferentes tipos teóricos, muitas formulações ao longo do tempo e até mesmo antigas vertentes práticas que sequer disputavam questões teóricas. Essa diversidade, contudo, não torna o ceticismo fraco ou confuso, ele mantém em seu núcleo de teorias uma simplicidade argumentativa que tem impressionante força intuitiva. Nosso interesse aqui não é explicar as diversas formas nem propósitos dos diferentes tipos de ceticismo, mas sim focar-nos em um tipo de ceticismo filosófico que Williams julga como principal e com o qual a epistemologia tem lidado desde a antiguidade, especificamente o ceticismo sobre o conhecimento e sua justificação.

### 2. Uma formulação clássica de ceticismo

O ceticismo antigo pode ser formulado através do Trilema de Agripa<sup>5</sup>. Sua estratégia básica é exigir justificação de toda e qualquer afirmação de conhecimento, questionando as razões dadas para essa afirmação do mesmo modo, e as subsequentes razões também, etc., implicando na impossibilidade do conhecimento por falta de fundamentação satisfatória. O Trilema pode ser chamado de ceticismo estrutural, pois se refere à estrutura própria da justificação do conhecimento. Ele pode ser assim apresentado:

<sup>1</sup> Mestrando em Filosofia - PUCRS. Email: santin.thiago@gmail.com

<sup>2</sup> WILLIAMS, Michael. *Problems of knowledge: a critical introduction to epistemology*. Oxford University Press, 2001.

<sup>3</sup> *Id.* Ceticismo. In: *Compêndio de Epistemologia*. GRECO, John; SOSA, Ernest (orgs.). Loyola: São Paulo, 2008.

<sup>4</sup> Para uma abordagem de aspectos históricos do ceticismo antigo, ver “The Cambridge Companion to Ancient Scepticism”, Richard Bett (ed.), 2010, Cambridge University Press.

<sup>5</sup> O Trilema de Agripa também é conhecido como Trilema de Münchhausen, especialmente na literatura de língua inglesa.

### TRILEMA DE AGRIPA

Exigência de justificação de qualquer crença ou afirmação de conhecimento feita, inclusive a resposta a essa pergunta. Assim, qualquer proposição inicial é questionada pelo cético quanto a sua justificação e, dada a resposta para justificá-la pelo pretense crente ou conhecedor, novamente o cético questiona sobre a justificação da justificação, e assim por diante.

Essa estratégia argumentativa poderá resultar em três tipos de respostas:

- i) iniciar um regresso ao infinito, ao responder cada vez com novas razões para o cético, num argumento regressivo;
- ii) fazer uma suposição dogmática, quando o interlocutor decide parar arbitrariamente, num argumento axiomático;
- iii) incorrer em má circularidade, ao reafirmar uma razão já dita, num argumento circular.

Todas levam a seguinte conclusão:

- iv) o conhecimento não é possível, apenas podemos ter crenças, pois sempre carecemos de justificação satisfatória para tal;
- e ainda, elaborada de forma mais forte e ampla:
- v) não temos justificação alguma para crer em P ao invés de  $\sim P$  ou de Q, nossas crenças são sempre injustificadas, meras opiniões.

A conclusão iv, que pode ser dita como ceticismo mitigado, é inaceitável para qualquer um que queira afirmar a possibilidade do conhecimento, em geral epistemólogos e filósofos interessados em algum tipo de conhecimento. Já a conclusão v é ainda pior, e concerne à própria afirmação da racionalidade, atingindo a qualquer crente. É necessário, portanto, ou desenvolver as respostas de forma a demonstrar que a argumentação envolvida é racional e satisfaz a exigência do cético de justificação, ou que a exigência de justificação do cético é inadequada, por seus próprios fundamentos.

Williams afirma que esse ceticismo possui sua grande força derivada de sua intuitividade e um escopo muitíssimo amplo, ou seja, ele é radical e universal. Radical porque implica que não temos sequer justificação para nossas crenças, independente de nossa justificação ser ou não suficiente para o conhecimento (assim, ainda que tomemos o conhecimento como falível, teremos de encarar o ceticismo). Universal porque a contestação do cético é em termos da possibilidade do conhecimento: “a preocupação não é apenas com o fato de que *não* conhecemos tudo (se é que conhecemos algo), mas a de que *não podemos* conhecer” <sup>6</sup>. O desafio cético é, motivadamente, um dos maiores problemas da epistemologia. Vejamos como podemos respondê-lo.

---

<sup>6</sup> WILLIAMS, Michael. Ceticismo. In: *Compêndio de Epistemologia*. GRECO, John; SOSA, Ernest (orgs.). Loyola: São Paulo, 2008, p. 69.

### 3. Respostas ao Trilema

Ao longo da tradição foram dadas diversas respostas e feitas diferentes abordagens ao Trilema. Elas podem ser divididas em duas categorias: respostas diretas e respostas indiretas.

As respostas tradicionais ao ceticismo são chamadas por Williams de “abordagens diretas”, pois pretendem aceitar a proposição dos argumentos céticos e buscam refutá-los através da negação de alguma das premissas, ou de seus fundamentos, demonstrando sua implausibilidade, a fim de escapar de sua conclusão.

As respostas indiretas apresentadas por Williams são chamadas de abordagens diagnósticas e dividem-se em dois tipos: diagnose terapêutica e diagnose teórica. A diagnose terapêutica afirma que os problemas céticos são pseudoproblemas, decorrentes do mau uso ou má interpretação da linguagem. A diagnose teórica retira a vantagem dialética de aparente simplicidade dos argumentos céticos, ao mostrar que se baseiam em ideias epistemológicas complexas.

Faremos a exposição das respostas tradicionais em suas principais teorizações, fundacionalismo, coerentismo e infinitismo, bem como os motivos pelos quais não são consideradas adequadas. Nosso objetivo, porém, é a defesa de uma alternativa às abordagens diretas, que cremos ser muito esclarecedora, ainda que não muito desenvolvida na literatura. A proposta é a abordagem indireta, chamada de diagnóstico teórico.

### 4. Respostas tradicionais ao Trilema

As respostas tradicionais visam responder o desafio cético e satisfazer a exigência de fundamentação, demonstrando a racionalidade da resposta empregada. Tanto o fundacionalismo, o coerentismo e o infinitismo respondem ao Trilema tentando dar conta da exigência levantada, desenvolvendo suas próprias teorias de justificação e conhecimento. Williams trata das duas primeiras, que são mais antigas na tradição, sendo o infinitismo mais recente, ainda que na mesma esteira.

#### 4.1 Fundacionalismo

O fundacionalismo resolve o Trilema no seu segundo ponto, recusando-se a recuar ainda mais, através de formulação de uma estrutura fundacional (daí derivado o nome) para o conhecimento, como um edifício (na metáfora cartesiana). Essa estrutura é constituída de alicerces sólidos, as crenças básicas, que sustentam os demais andares do edifício do conhecimento. As crenças básicas são intrinsecamente justificadas, sem necessidade de outras crenças, e sobre elas baseiam-se as demais crenças (geralmente são crenças de conhecimento *a priori* e são derivadas por dedução, mas há grande variação e disputa dentro das teorias fundacionalistas). O conhecimento é transmitido (juntamente com a verdade) das crenças básicas para as demais crenças por elas justificadas. Para que isso ocorra, essas

crenças possuem um status epistêmico que as justifica e torna possível a construção do conhecimento sobre elas (de maneira falibilista, inclusive). Em geral, os fundacionalistas apoiam-se no conhecimento sensorial do mundo e no conhecimento *a priori*, em especial o matemático, pois um é experiência imediata e o outro é independente da experiência, além de ambos serem facilmente exemplificáveis.

O problema com o fundacionalismo é que não é nada claro como essas crenças possuem esse status e, principalmente, como esse status pode ser derivado para as demais crenças. As experiências sobre os sentidos não possuem conteúdo proposicional, portanto não podem servir para dedução. Por uma vez, as crenças matemáticas *a priori* dependem de um sistema prévio para sua compreensão e também não proporcionam um amplo corpo de crenças para basear nosso conhecimento sobre o mundo. Segundo Williams:

Nenhum fundacionalista jamais pensou que qualquer crença pudesse ser aceitavelmente representada como verossímil intrinsecamente. Mesmo que haja tais crenças, elas formarão uma classe severamente restrita.<sup>7</sup>

O fundacionalista se encurrala entre exigências de segurança e adequação: ou ele mantém um estreito corpo de crenças básicas justificadas e poucas diretamente delas derivadas, o que é insuficiente para explicar todas as nossas amplas e difundidas alegações de conhecimento, ou ele amplia seu conjunto de crenças justificadas, pretendendo dar conta desse amplo uso de conhecimento alegado, mas, por conta disso, dificulta a transmissão da justificação, permitindo dúvidas sobre a transmissão e as crenças não básicas.

#### 4.2 Coerentismo

O coerentismo responde ao Trilema no seu terceiro ponto, refutando a estrutura fundacional enquanto nega a existência de crenças básicas. A teoria afirma que o raciocínio circular não é necessariamente vicioso. Propõe-se uma estrutura em rede ou teia para o conhecimento, afirmando que a justificação ocorre pela coerência explicativa dada nas conexões entre as crenças. É dito que nenhuma crença dispõe de um status privilegiado de justificação, mas elas se justificam à medida que são coerentes com as demais crenças do sistema total de crenças do sujeito.

As críticas ao coerentismo recaem sobre dois pontos principais. Primeiro, o de que o coerentismo não elimina o status privilegiado das crenças básicas fundacionais, apenas o desloca para sua rede de coerência justificacional, criando a classe justificada que faz parte dessa rede e a classe secundária não justificada que não a integra. Segundo, mais internamente, o critério de justificação é a coerência de uma determinada crença qualquer em relação à totalidade do nosso sistema de crenças, que implica num holismo radical:

[...] para sermos realmente capazes de produzir uma justificativa coerente de qualquer uma de nossas crenças, precisamos pressupor que temos alguma apreensão

---

<sup>7</sup> *Ibid.*, p. 78.

de nosso sistema total de crenças: qual o conteúdo das crenças e como elas estão logicamente interconectadas.<sup>8</sup>

Precisamos, por conseguinte, ter sempre a possibilidade, bem como a capacidade, de acessar nosso sistema integralmente e visualizá-lo como um todo, ou seja, há uma superestimação de nossas capacidades cognitivas.

Além disso, podemos acrescentar ainda o fato de que o coerentismo ainda não conseguiu responder satisfatoriamente o problema de que a propriedade de coerência não é conducente à verdade, porque as crenças apoiam-se umas nas outras sem evidência empírica ou implicação com o mundo. Ou seja, não importa quão coerente possa ser um sistema de crenças, ele pode ser coerentemente falso, como por exemplo, um mundo de conto de fadas, como apontado na “objeção do isolamento”<sup>9</sup>.

### 4.3 Infinitismo

O infinitismo não é trabalhado por Williams originalmente, possivelmente porque o estabelecimento do seu desenvolvimento teórico é posterior à elaboração dessa proposta (o artigo original de Williams no *The Blackwell guide to epistemology* é de 1999). Podemos remeter o início dos trabalhos sobre o infinitismo a Peter Klein em artigo de 1999<sup>10</sup>. O infinitismo, de modo amplo, argumenta que o argumento regressivo não é irracional. Para isso, Klein introduz o conceito de cadeia de razões, que consiste em uma razão R1 para justificar, outra razão R2 para justificar R1, outra razão R3 para justificar R2, e assim por diante, infinita e irrepeticamente. Essa cadeia de razões deve estar disponível para o sujeito S, ou seja, não é necessário que S creia em todas as razões, mas que seja possível a ele, quando questionado, formar a crença das razões necessárias à justificação de P e suas razões. Portanto, para S atingir a justificação de uma crença P, é preciso ter uma cadeia de razões infinita e não repetível disponível para o sujeito. Um possível problema para essa teoria é sobre a capacidade de uma mente finita ter uma cadeia infinita de razões. Ainda que a exigência seja apenas de disponibilidade infinita, não é claro porque o cético pararia o regresso, exceto por razões não epistêmicas, esgotando a capacidade de S de fornecer novas razões.

Apesar da distinta elaboração teórica do infinitismo, parece-nos que sua proposta de resposta direta, endereçada ao primeiro ponto do Trilema, é muito similar às duas mais tradicionais. Primeiramente por ser uma abordagem direta, respondendo ao desafio cético em uma premissa estabelecida, ainda que não anteriormente formulada, e também por produzir uma estrutura justificacional. Não adentrarei na disputa da aceitação da proposta infinitista, seguindo Williams, apenas manterei estes dois pontos de similaridade que são suficientes para agregá-la no tipo de resposta direta, e a objeção que parece nos impedir de aceitá-la *prima facie*.

---

<sup>8</sup> *Ibid.*, p. 79-80.

<sup>9</sup> *Id.*, Problems of knowledge, OUP, 2001, p. 119.

<sup>10</sup> KLEIN, Peter D. Human knowledge and the infinite regress of reasons. *Nôus*, v. 33, p. 297-325, 1999.

Uma vez apresentadas as respostas diretas e suas maiores dificuldades, Williams conclui que elas não atingem seu objetivo principal, que é superar o desafio cético proposto no Trilema. Sendo assim, as teorias de justificação tradicionais são apontadas como tendo fracassado nas suas respostas, mostrando que as respostas diretas devem ser abandonadas.

## 5. Diagnose teórica e pressupostos céticos

A abordagem diagnóstica teórica não busca responder aos argumentos céticos, tampouco refutá-los através de suas premissas, mas recuar para antes de sua proposição e analisar as condições necessárias para que eles possam ser formulados com sua habitual plausibilidade, força e alcance.

Essa análise possibilitará enxergarmos, segundo Williams, que “a simplicidade e a intuitividade aparente dos argumentos céticos são um disfarce para ideias epistemológicas controversas” (2008, p. 91), pois tem comprometimentos teóricos bem definidos.

O principal comprometimento é chamado por Williams de “exigência de fundamentação prévia” (*prior grounding requirement*, no original). Essa tese é constituída de dois componentes: a tese da dependência e o internalismo. A tese da dependência afirma a prioridade da justificação evidencial sobre a justificação pessoal. O internalismo consiste na exigência de que as evidências para uma crença são, necessariamente, outras crenças ou razões que o sujeito pode citar se necessário, ou seja, fazem parte do mundo mental desse sujeito.

Essa tese, através de seus componentes, é o que autoriza o cético a propor seu desafio na forma como ele é posto, sem razões explícitas que motivem a sua contínua exigência de justificação:

O cético implicitamente nega que, se uma afirmação de conhecimento tiver de ser razoavelmente problematizada, a problemática deverá ser motivada por razões. A posição do cético é de que qualquer requerente ou crente com pretensões de responsabilidade epistêmica aceita um comprometimento irrestrito para demonstrar a legitimação de sua opinião como simples consequência de fazer uma asserção ou manter uma crença.<sup>11</sup>

A justificação é um conceito normativo que envolve duas dimensões: a pessoal, referente à responsabilidade do sujeito sobre suas crenças, e a evidencial, referente à fundamentação da crença, à verdade das bases da crença. Para um sujeito estar justificado em crer que P é necessário, portanto, que sejam satisfeitos requisitos de responsabilidade e fundamentação. Esses requisitos não são claros dentro da epistemologia e determinadas teorias defendem alguns critérios, enquanto outras os negam e afirmam seu contrário.

A despeito das disputas das teorias, o ponto de Williams, que considero central para qualquer desenvolvimento posterior, é que o ceticismo tem uma posição clara. Vejamos: ao exigir do sujeito justificação para uma determinada crença, e por suas razões conseguintes, o cético questiona sobre as

---

<sup>11</sup> WILLIAMS, Michael. Ceticismo. In: *Compêndio de Epistemologia*. GRECO, John; SOSA, Ernest (orgs.). Loyola: São Paulo, 2008, p. 94.

bases da crença, ou seja, justificação da fundamentação ou justificação evidencial. Ele não leva em conta a responsabilidade do sujeito sobre a crença. Assim, conjuntamente com a negação da necessidade de razões para duvidar, o cético está subordinando a justificação pessoal à evidencial.

Além disso, o cético exige que as bases da crença do sujeito possam ser citadas por ele, quando questionado. Isso configura evidência apenas como crenças ou razões para as quais o sujeito pode estar consciente, portanto, que façam parte da vida mental desse sujeito, implicando no internalismo e excluindo qualquer possibilidade de justificação externalista, através de processos confiáveis, conducentes à verdade.

Como afirma Williams, “[...] *ser justificado nem sempre é uma questão de ter passado por um processo prévio de justificação*”<sup>12</sup>. Contudo, só é possível aceitarmos essa premissa se abandonarmos a perspectiva tradicional, que “ênfatiza a *prova positiva*: é racional acreditar apenas naquilo que você pode demonstrar que é correto”<sup>13</sup>.

Esse duplo comprometimento cético, com o evidencialismo e internalismo, acaba por tornar seu desafio mais restrito do que ele pretende: não somos obrigados a adotar essas perspectivas, tratando a justificação como fundamentação internalista. Essas teorias não são aparentes à primeira vista, mas estão presentes na própria formulação do Trilema. Explicitá-las removeu sua aparência de simplicidade intuitiva e descomprometimento teórico.

## 5. Encaminhamentos

Os pressupostos do ceticismo, encontrados na tese da exigência de fundamentação prévia, são também os pressupostos das respostas diretas. Como elas visam responder diretamente ao cético, elas aceitam que o seu desafio seja proposto, assumindo tacitamente as implicações teóricas nele contidas. Assim, o aceitar a questão do cético é a legitimação de sua exigência desarrazoada:

Não perceber essa conexão [entre a existência de contestações motivadas e a obrigação de produzir evidências positivas] fará com que transformemos a sempre presente possibilidade de demandas evidenciais contextualmente apropriadas em uma irrestrita insistência em fundamentos, encorajando-nos a sair do falibilismo em direção ao ceticismo radical.<sup>14</sup>

Ademais, como toda teoria em filosofia e epistemologia, sua proposição deve envolver o esforço mínimo de explicitação, além das eventuais solicitações de esclarecimentos, das disputas sobre pontos controversos, etc. Ou seja, a simplicidade a qual o ceticismo se propunha não pode mais ser aceita, e qualquer teoria que ele queira sustentar deve poder ser analisada para ser aceita e validada como epistemologia, ainda que seja uma crítica a determinadas concepções.

---

<sup>12</sup> *Ibid.*, p. 98.

<sup>13</sup> *Ibid.*, p. 99.

<sup>14</sup> *Ibid.*, p. 98.

Williams ainda faz a análise diagnóstica teórica da outra principal forma de ceticismo, o do tipo cartesiano ou do conhecimento sobre o mundo externo, no qual encontra outro pressuposto teórico, o realismo epistemológico. A compreensão completa do ceticismo como tendo incorporado uma teoria epistemológica bem definida só é possível ao juntarmos as duas partes do ceticismo, que interligam seus pressupostos e estão presentes também nas teorias de justificação aqui apresentadas. Contudo, nosso objetivo foi muito mais modesto, pretendendo oferecer uma apresentação e defesa da abordagem diagnóstica ao ceticismo antigo apenas.

É forçoso informar, por fim, que Williams apresenta, ao final da análise do ceticismo, sua proposta, que é o contextualismo substantivo. Não explicaremos tal proposta, apenas é relevante ter em vista que para sua compreensão plena, é relevante percorrer o caminho do ceticismo: “A grande conquista histórica do ceticismo filosófico é ter-nos movido na direção do falibilismo, e em consequência do contextualismo”<sup>15</sup>.

## 6. Referências

- KLEIN, Peter D. Human knowledge and the infinite regress of reasons. *Nôus*, v. 33, p. 297-325, 1999.
- WILLIAMS, Michael. Ceticismo. In: *Compêndio de Epistemologia*. GRECO, John; SOSA, Ernest (orgs.). Loyola: São Paulo, 2008.
- \_\_\_\_\_. *Problems of knowledge: a critical introduction to epistemology*. Oxford University Press, 2001.

---

<sup>15</sup> *Ibid.*, p. 100.